

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoies@ufes.br

Na negociação do “Escola Viva”, é preciso evitar a cisão discriminatória na rede de ensino médio ao longo do tempo. Nela, só atuariam docentes efetivos

Viva!

Está aberta uma interação entre sociedade, Assembleia e governo Hartung. Refiro-me à reviravolta na tramitação do Projeto de Lei Complementar do programa “Escola Viva”. Terça passada, um fato inusitado na Assembleia – uma audiência pública em meio à tramitação do projeto em regime de urgência – gerou um resultado inesperado e atípico: a abertura de uma negociação quadripartite. Viva!

Diante da presença significativa de docentes e estudantes na referida audiência, e do Sindiupes e da Ubes, além de manifestações de estudantes de escolas nas ruas, a audiência que pode ter sido pensada como um momento formal antes da votação urgente do “Escola Viva” transformou-se em um modo desejável na decisão sobre políticas públicas. Tomara que não vire um caso isolado.

Considerando a relevância das dúvidas, comissões da Assembleia resolveram retardar o parecer oral no plenário – culminando com a retirada do regime de urgência por solicitação do governador Hartung; esse regime impedia a prática da democracia.

Além da negociação, o Sindiupes disponibilizou, na sua “página”, uma aná-

lise da “Escola Viva” - o que contribuiu para o debate consistente. A Ubes levantou um ponto decisivo: os alunos que trabalham, pelo projeto, teriam que procurar outra escola – o que é indesejável. O que fazer?

Na negociação do “Escola Viva”, é preciso evitar a cisão discriminatória na rede de ensino médio ao longo do tempo. Nela, só atuariam docentes efetivos – que hoje não chegam a 30% do total.

Caso não sejam acelerados os concursos, o ensino médio rumaria para uma apartação indesejável: uma rede mínima em turno único só com efetivos e a outra com a quase totalidade de escolas com temporários – o que interferiria na equidade educacional.

Supondo uma inserção média de 10 escolas de ensino médio por ano, e se forem feitos concursos públicos na educação, esse programa demoraria 30 anos para ser universalizado na rede estadual. É aceitável três décadas?

É imprescindível a clara explicitação do ritmo do programa “Escola Viva”, e recursos necessários (royalties?), inclusive para apoiar as famílias/alunos de baixa renda que têm dificuldades de cumprir o turno único. Ao mesmo tempo, é essencial definir o que será feito na quase totalidade das escolas de ensino médio que ficarão, durante décadas, fora do “Escola Viva”.

O programa “Escola Viva” tem que estar associado a um Plano Estadual de Educação – que não pode continuar ausente.